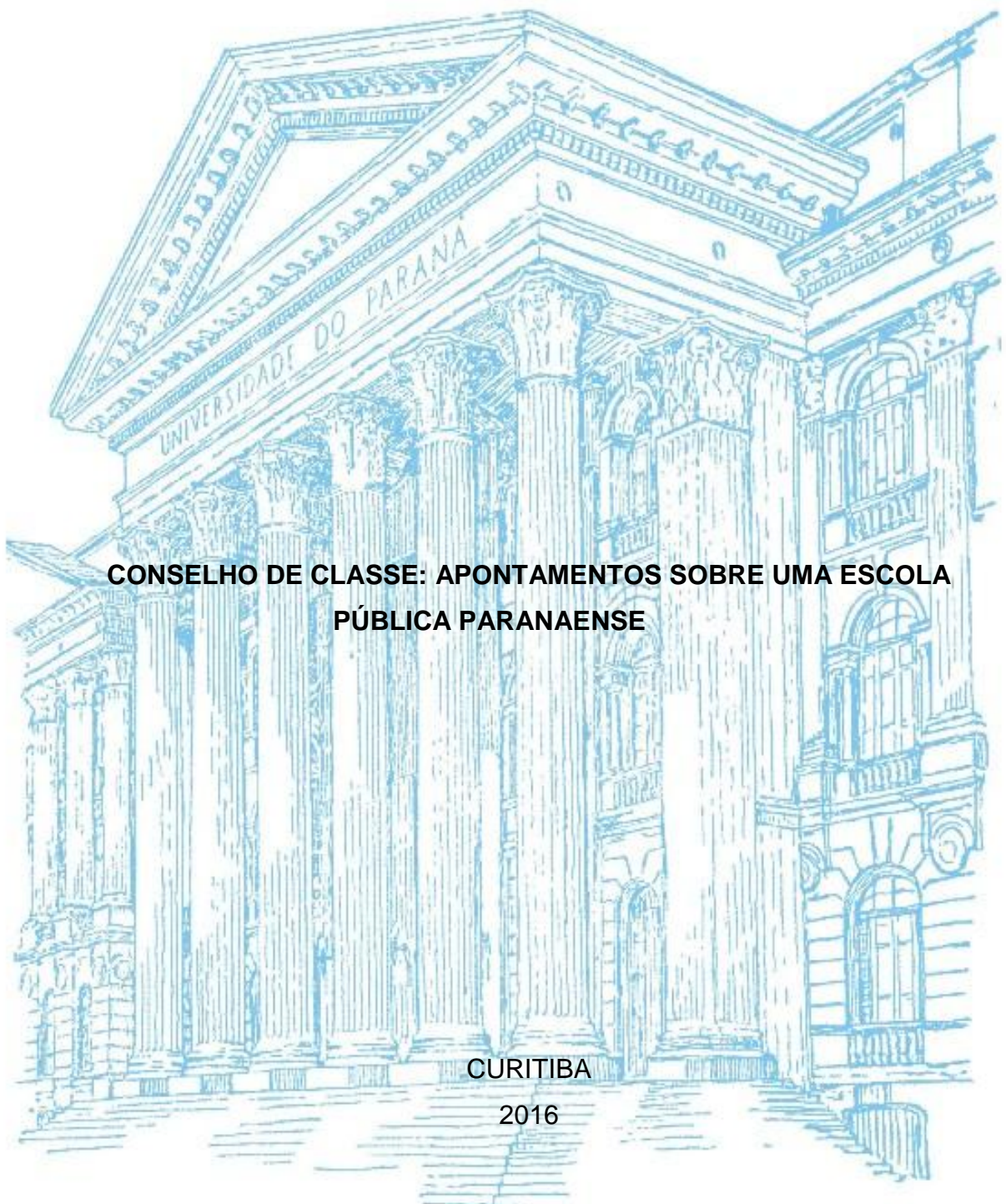


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MARCIA ALESSIO DE JESUS

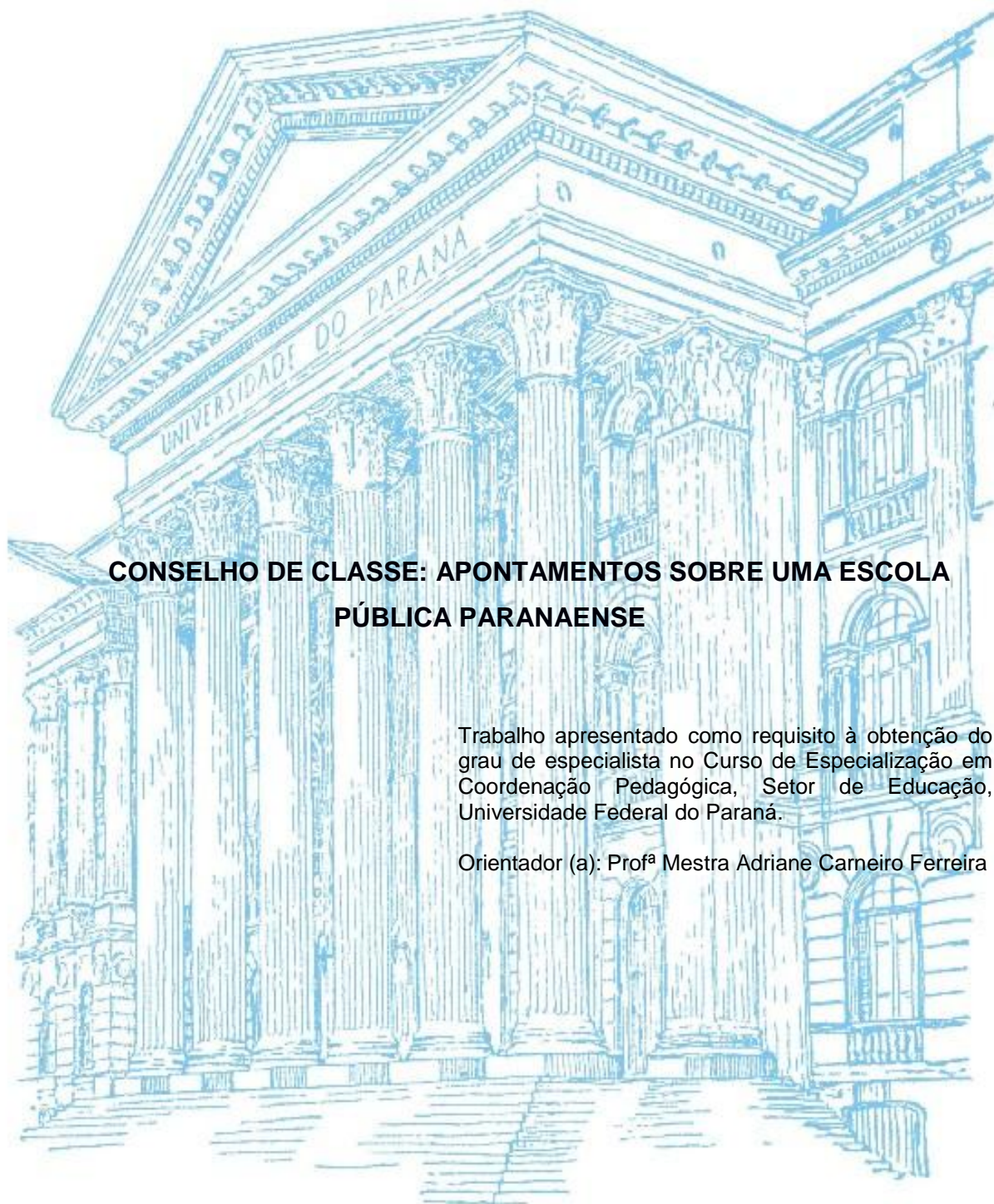


**CONSELHO DE CLASSE: APONTAMENTOS SOBRE UMA ESCOLA
PÚBLICA PARANAENSE**

CURITIBA

2016

MARCIA ALESSIO DE JESUS



**CONSELHO DE CLASSE: APONTAMENTOS SOBRE UMA ESCOLA
PÚBLICA PARANAENSE**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof^a Mestra Adriane Carneiro Ferreira

CURITIBA

2016

CONSELHO DE CLASSE: APONTAMENTOS SOBRE UMA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

Marcia Alessio de Jesus*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a forma com esta sendo conduzido o conselho de classe em uma escola pública no Paraná, verificando qual a concepção que os docentes pesquisados possuem sobre a temática. Visa analisar se estas reuniões tem desempenhado sua real função ou tornaram-se meramente burocráticas. Para tanto, a pesquisa teve como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, que consistiu no estudo de autores que escreveram e/ou desenvolveram pesquisas acerca da temática em estudo, e a de campo que foi desenvolvida em duas etapas: a primeira, através da observação de oito conselhos de classe em uma escola estadual do município de Quedas do Iguaçu - Paraná, e também a coleta de dados através de um questionário direcionado a vinte professores, da referida escola, sendo quinze respondidos. O conselho de classe é o colegiado que possibilita a democratização das relações na escola permitindo a reflexão e discussão da prática pedagógica e de avaliação coletiva, no entanto não é desta forma que a mesma ocorre apesar dos docentes pesquisados entenderem a importância do mesmo. A pesquisa traz uma reflexão acerca da necessidade de se repensar sobre a postura docente, historicamente construída, no que concerne a avaliação e sua relação com a aprendizagem visando avanço educacional equitativo.

Palavras-chave: Conselho de Classe. Prática Pedagógica. Avaliação

*Artigo produzido pela aluna Marcia Alessio de Jesus do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Mestre Adriane Carneiro Ferreira. E-mail: marcini_10@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O conselho de classe é um dos órgãos colegiados que possibilita a efetivação da democracia na escola, pois se trata de um momento que reúne professores das diversas disciplinas com objetivo de realizar uma reflexão coletiva acerca dos processos educativos, do fazer pedagógico a fim de garantir que se efetive de forma qualitativa o ensino aprendizagem. Questiona-se qual a concepção que se tem destas reuniões pelos docentes pesquisados e se a forma que estão sendo realizadas nas escolas tem desempenhado sua real função ou se tornaram meramente burocráticas.

Estudos de Gama (1993), dizem que a forma que se conduzem os conselhos de classe nas escolas não funciona, pois não atende aos objetivos propostos reduzindo-se a apresentação de resultados, discussão do perfil de um aluno ideal e reclamações comportamentais em detrimento dos aspectos relacionados ao processo ensino-aprendizagem tornando-se, desta forma, em sua maioria burocrático e excludente, restrito apenas ao olhar dos docentes e equipe pedagógica.

Levando em consideração que a prática educativa pressupõe a relação entre conhecimento, avaliação e aprendizagem e que ocorre na interação entre sujeito que aprende e o que ensina, é preciso verificar qual concepção de conselho de classe, espaço onde se debate estas relações e interações se tem pelos docentes, bem como realizar uma reflexão sobre a forma como esta sendo conduzido na tentativa de torná-lo mais efetivo e participativo e possibilite a elaboração de estratégias de melhorias no processo avaliativo e de aprendizagem.

O presente artigo se deu através de pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica consistiu no estudo de autores que escreveram e/ou desenvolveram pesquisas acerca da temática em estudo, possibilitando assim a fundamentação de conceitos envolvendo conselho de classe. Em relação a pesquisa bibliográfica, Fachin (*apud* Severino, 2002 p.125) chama atenção para sua importância ao afirmar que “[...] é a base para as demais pesquisas e pode-se dizer que é um constante na vida de quem se propõem a estudar”.

Com objetivo de vivenciar como ocorrem os conselhos de classe na realidade de uma escola pública, bem como saber qual concepção os docentes

possuem desta reunião, este artigo além da pesquisa bibliográfica utilizou pesquisa de campo, em uma escola estadual no município de Quedas do Iguaçu que atende as modalidades dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Realizou-se a observação de 5 (cinco) conselhos de classe do ensino fundamental e 3 (três) do ensino médio. Além disso, foi realizada coleta de dados através de um questionário aberto aplicado aos professores dos turnos vespertino e noturno, sendo que, foram distribuídos 20 (vinte) questionários dos quais foram devolvidos 15 (quinze) totalmente preenchidos. Os professores pesquisados serão representados por numerais, como professor 1,2,3 e assim, sucessivamente.

Lakatos e Marconi (2006, p.203) definem o questionário como um instrumento de “[...] coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Do corpo docente desta escola nem todos colaboraram, negando-se a responder ou simplesmente não entregando o questionário que contava com questões sobre a concepção de conselho de classe, quem são os participantes desta reunião, quais são formas de registros e divulgação, a pauta, se os envolvidos possuem conhecimento do mesmo no projeto político pedagógico, sua relação com a avaliação, análise da execução do mesmo na escola e sugestões para melhorar a sua prática.

2 CONSELHO DE CLASSE: APONTAMENTOS SOBRE UMA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

O conselho de classe é uma das instâncias colegiadas que possibilita a democratização das relações existentes na escola tendo respaldo na legislação educacional, sendo citada no art. 206 da Constituição Federal de 1988 e mais tarde na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/96, determinando dentre os princípios que devem reger o ensino, a gestão democrática, além de designar que os sistemas de ensino devem estabelecer normas para o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas de educação de forma a garantir a “[...] participação dos profissionais da educação na elaboração do

projeto pedagógico da escola”, bem como a “[...] participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (BRASIL, 1996, p.60).

Para Dalben (2004), o conselho de classe é um momento que oportuniza a reunião de professores das diversas disciplinas, juntamente com a equipe pedagógica, com o objetivo de refletir e avaliar a aprendizagem e o processo pedagógico, para que, se necessário, sejam criadas ou revistas estratégias mais adequadas para cada aluno.

Os conselhos de classes surgiram na França, por volta do ano de 1945, através de um trabalho realizado com classes experimentais. A respeito disso, Dalben cita Rocha ao escrever que:

[...] foram instituídos três tipos de conselhos; o Conselho de Classe, no âmbito da turma; o Conselho de Orientação, no âmbito do estabelecimento; e o Conselho Departamental de Orientação, em esfera mais ampla. Essa reforma almejava declaradamente organizar um sistema escolar fundado na observação sistemática e contínua dos alunos, com vista a oferecer, a cada um, o ensino que corresponda a seus gostos e aptidões (2004, p.22).

Em 1958, de acordo com o mesmo autor, a experiência francesa foi vivenciada por dez educadores brasileiros estagiários em Serves, dentre eles, Laís Esteves Loffredi e Myrthes de Lucca Wenzel, os quais trouxeram esta experiência para o Brasil.

A implantação foi feita no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP/UFRJ) em um momento ideário pedagógico da Escola Nova, o qual valorizava o trabalho coletivo, o atendimento individualizado, a discussão, bem como a busca novos métodos. Porém, sua expansão começou somente com a Lei nº 5.692/71, lei do ensino de 1º e 2º graus que trouxe contradições caracterizadas pelo momento histórico. Dalben relata sobre este momento:

[...] o Conselho de Classe teria o papel de recompor a estrutura fragmentária da escola, baseada na divisão técnica do trabalho, articular de forma harmônica as diversas partes do todo e garantir a dimensão avaliativa do processo educacional como um todo (1995, p.35).

Assim, no Brasil, anterior à Lei nº 5.692/71, o conselho de classe não se apresentava formalmente como instância instituída na escola, mas quando surgiu o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio - PREMEN regulamentado pelo Decreto nº 63914, de 27/12/1968 e implantado, a partir de 1970, o conselho de

classe já se apresentava como instância formal na escola sendo que, somente a partir deste decreto foram traçadas as diretrizes de sua operacionalização a fim de avaliar o resultado do aluno de forma coletiva, mas é com a criação da Lei de Diretrizes e Bases de 96 que o mesmo recebe destaque.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.934/96 no Art.14, ao reforçar o princípio democrático que a gestão deve pautar-se, reforça e evidencia a importância da participação de todos, conforme:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL,1996, p.60).

Desta forma, surge um espaço para que os sistemas de ensino busquem promover a democratização na escola pública organizando espaços de atuação coletiva visando a participação de todos os segmentos da comunidade educativa sendo um desses instrumentos de democracia, o conselho de classe.

A instituição do conselho de classe no Paraná tem como referência a Deliberação nº 007/99, do Conselho Estadual de Educação que o estabelece como órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa cuja finalidade é o de acompanhar todo processo da avaliação bem como analisar e debater os componentes da aprendizagem dos alunos.

De acordo com o Regimento escolar da escola analisada, o conselho de classe esta assim descrito:

Art. 22 O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem.
Art. 25 Ao Conselho de Classe cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino.
Art. 26 O Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem (QUEDAS DO IGUAÇU, 2013, p.14-15).

Esta definição condiz com a conceituação de alguns autores, como Dalben (2004), que considera o conselho de classe como a mais importante dentre todas as instâncias colegiadas da escola pelos objetivos de seu trabalho, pois é capaz de dinamizar o coletivo escolar pela via da gestão do processo de ensino, foco central do processo de escolarização.

Rocha (1982) conceitua o conselho de classe como uma reunião em que os professores buscam avaliar o aproveitamento dos alunos e da turma como um todo, chegar a um conhecimento mais profundo do aluno e promover a integração dos professores e de outros elementos da equipe da escola.

De acordo com Gama (1993), o conselho de classe refere-se a uma instância que se legitima no contexto escolar tendo como objetivos orientar o professor na avaliação permanente de cada aluno, analisar as causas do baixo e alto rendimento das turmas, criar condições de assistir os alunos com baixo rendimento e aperfeiçoar o trabalho cotidiano do professor.

No livro *Conselhos de Classe e Avaliação*, Dalben (2004) descreve que o conselho de classe é o momento de reflexão coletiva sobre o processo de escolarização, podendo se transformar em espaços de construção crítica e democrática ou de reprodução apegada ao autoritarismo. Sobre isto, a autora relata que muitos profissionais veem no conselho de classe um momento de discussão e reflexão de melhoria da prática, outros não percebem nenhum benefício com o mesmo, fato este que tem gerado discussões acerca do que é e como deveria ser, entre o que ele tem desenvolvido e o que poderia desenvolver, entre suas limitações e suas possibilidades. Neste contexto, passa a ser uma questão burocrática, mais uma reunião pedagógica, momento de discussão de quem será aprovado ou não, avaliando por vezes: a escola, a turma, o comportamento, o rendimento, o professor, o professor e o aluno ou somente o aluno, se restringindo na maioria das vezes a discussão de alunos problemáticos.

A autora também analisou a forma de execução das referidas reuniões nas escolas e concluiu que na prática muitos discursos não se integram, as falas não se complementam, muitos profissionais se silenciam pela desconfiança com os próprios colegas. Neste processo, os professores se limitam a avaliar o aluno e não sua prática, mencionando os nomes de cada um e apresentando suas notas, não questionam os critérios adotados, a metodologia ou o tipo de processo avaliativo

escolhido pelo colega, revelando uma situação de cumplicidade aos resultados das avaliações fornecidos pelos professores. O aluno é o centro nas reuniões de conselho, mas em geral não participam destas.

Diante de tudo que foi exposto, Dalben corrobora afirmando que:

[...] o papel do conselho de classe no cotidiano escolar tem sido mais o de reforçar e legitimar os resultados dos alunos, já fornecidos pelos professores e registrados em seus diários, e não de propiciar a articulação coletiva desses profissionais num processo de análise dialética, considerando a totalidade (1995, p. 114).

Sobre a forma que se tem conduzido as reuniões de conselho de classe nas escolas, pode-se citar dois filmes que tratam e ilustram o tema: um, é o documentário "Pro Dia Nascer Feliz" (JARDIM, 2005) e outro é o vídeo "Conselho de Classe" que é um trecho do filme "Entre os Muros da Escola" (CANTET, 2007).

O documentário "Pro Dia Nascer Feliz" (JARDIM, 2005) representa a realização de um conselho de classe de uma escola de periferia e revela uma triste realidade na forma em que este vem sendo conduzido nas escolas. No filme se retrata a discussão dos professores acerca da aprovação ou reprovação de um aluno, Douglas, os quais analisam se vale a pena aprová-lo. O aluno não está apto, mas acabam por aprová-lo sob a hipótese de que estava progredindo no comportamento e para evitar burocracia e trabalho.

O aluno tinha consciência de que foi aprovado pelo conselho de classe e que naquele ano não evoluiu na aprendizagem, em especial, na disciplina de História, revelando que para ele não importa aprender, importa passar de ano. Neste trecho o documentário também mostra alguns professores preocupados em envolver os alunos na escola conscientizando-os da importância desta na formação do cidadão. Para isso, buscam alternativas, entre elas um projeto de dança e música do qual Douglas participa ocupando assim o seu tempo de forma qualitativa.

Esta realidade também é demonstrada em um trecho do filme "Entre os Muros da Escola - Conselho de Classe" (CANTET, 2007), no qual há a participação de duas alunas representantes de sala, que riam tirando a atenção dos professores durante a reunião. Os professores manifestam suas opiniões sobre os alunos quanto à questões comportamentais e de indisciplina, sem levar em conta o desempenho e habilidades dos mesmos. Os comentários são carregados de juízos de valor, julgamento e preconceitos, sendo que o fracasso do aluno é atribuído a

causas psicológicas, mesmo sem nenhum diagnóstico existente, apenas no senso comum dos professores. Retrata que no conselho não se avalia o processo de aprendizagem e a eficácia da prática pedagógica do professor, se restringindo a realizar julgamentos comportamentais.

Nesse contexto, pode-se dizer que o conselho de classe, como uma das formas de manifestação da democracia na escola, não tem desempenhado sua real função tornando-se, em sua maioria, burocrático e excludente, restrito apenas ao olhar dos docentes e equipe pedagógica, espaço de desabafos por parte dos professores que acabam, muitas vezes, por julgar comportamentos dos alunos ficando em segundo plano a reflexão sobre o processo de desenvolvimento e ensino aprendizagem dos mesmos.

As formas de realização do conselho de classe que são representadas nos filmes descritos acima não condizem com o que se espera de uma avaliação transformadora, conforme citação de Vasconcellos:

O que se espera de uma avaliação numa perspectiva transformadora é que os seus resultados constituam parte de um diagnóstico e que, a partir dessa análise da realidade, sejam tomadas decisões sobre o que fazer para superar os problemas constatados: perceber a necessidade do aluno e intervir na realidade para ajudar a superá-la (2000, p. 89).

Desse ponto de vista, o autor coloca o conselho como um espaço de discussão coletiva que com base no diagnóstico da realidade encontrem possibilidades de mudanças, um retomar a prática, visando superar os problemas existentes com novas metodologias e intervenções.

Neste sentido, Souza (1998) salienta que o conselho de classe só ganhará sentido se vier a configurar um espaço que possibilite análise do desempenho do aluno, bem como do desempenho da própria escola de forma conjunta e cooperativa pelos membros que a integram, rompendo com as finalidades classificatórias e seletivas a que tem servido.

Levando em consideração que a prática educativa pressupõe a participação ativa de todos os envolvidos neste processo, faz-se necessário repensar a forma como está sendo conduzido o conselho de classe e buscar alternativas na tentativa de democratizá-lo de fato, para que se desenvolva um trabalho integrado e se elaborem estratégias de melhorias no processo avaliativo e de aprendizagem, com

possibilidade de reorganização do trabalho pedagógico, com vistas a qualidade do ensino.

Mas, para que isso se efetive, é necessário que todos entendam sua importância colocando-o a serviço de seus propósitos, articulado com um projeto político-pedagógico comum. Para isso, é de extrema importância o papel do coordenador pedagógico neste esclarecimento, envolvimento dos profissionais na elaboração de uma proposta coletiva a partir da realidade vivenciada, bem como analisar, conjuntamente, a forma como esta sendo conduzido na tentativa de torná-lo mais participativo e através da reflexão e um trabalho integrado repensar a prática e se necessário elaborar estratégias de melhorias no processo avaliativo e de aprendizagem.

Penin (1992) indica a pertinência da participação real na construção de momentos de diálogo e avaliação de todos os atores responsáveis pela formação do aluno, o que possibilita a escola repensar seus encaminhamentos conforme as necessidades destes. Cruz (2005, p.15) corrobora neste sentido quando diz que a "avaliação realizada de forma participativa, como construção conjunta, cumpre a função de ajudar na formação da subjetividade e criticidade do professor e do aluno."

No Portal Dia a Dia Educação, que é uma ferramenta tecnológica integrada ao site institucional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) que tem por objetivo disponibilizar serviços, informações, recursos didáticos e de apoio para toda comunidade escolar, pode-se ter acesso a relatos sobre a prática do conselho de classe participativo que desenvolveram-se de forma positiva.

Uma das práticas relatadas sobre Conselho de Classe Participativo foi aplicada nos anos letivos de 2006 a 2008, na Escola Estadual José Ribas Vidal e no Colégio Estadual 1º Centenário - município de Campo Largo - NRE Área Metropolitana Sul pelas pedagogas Cristiane Rodrigues de Jesus, Daiane Kaciéle Segatto e Graciana Pangrácio, as quais relatam que esta experiência conta com três fases: O Pré-Conselho, o Conselho de Classe e o Pós-Conselho. Na primeira fase é realizado o levantamento de dados envolvendo todos funcionários da escola, na segunda fase a reunião do conselho onde ocorre a reflexão sobre os dados já coletados e possíveis encaminhamentos para finalizar o pós conselho onde é realizada a devolutiva para todos envolvidos no processo (SEED-PR).

Outra experiência sobre o Conselho de Classe participativo é citada no jornal Mundo Jovem (Março 2010) e realizada pela escola Estadual Vale do Sol, localizada na NC 11, Vale do Sol, Região Sul de Palmas, a qual oferece o ensino das séries iniciais ao ensino médio. Nesta escola o conselho ocorre bimestralmente e oportuniza à comunidade escolar momentos para discutir e refletir sobre questões do cotidiano escolar desde a prática pedagógica até o acompanhamento familiar dando possibilidade a todos de acompanharem e participarem do desenvolvimento do trabalho educacional na escola.

3 ANÁLISE DE DADOS

Foi observada a realização de oito conselhos de classe de turmas do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, sendo que os mesmos ocorrem em datas e horários já previstos em calendário escolar e registrados em atas próprias, já organizadas anteriormente, com os itens que seriam analisados sobre o aluno. De modo geral, nos dias previstos, a maioria dos professores das turmas reuniu-se para realizar as reuniões que foram presididas pela pedagoga e diretora, sendo que enquanto uma fazia os questionamentos relacionados aos alunos a outra realizava anotações com as ações a serem realizadas, posteriormente, conforme necessidade de cada aluno, como: conversa com o (a) aluno (a) ou responsável, realização de relatório sobre faltas, encaminhamento ao conselho tutelar, encaminhamentos de trabalhos para recuperação de notas, entre outras. Também estava presente a secretária que no Datashow apresentava a imagem do aluno (a), bem como o boletim com notas e faltas para visualização de todos.

Os conselhos do ensino fundamental iniciaram-se com a pedagoga lembrando aos professores a importância deste momento para reflexão da prática pedagógica e quais ações deveriam ser realizadas. Dando prosseguimento, falou-se o nome de cada aluno e preenchendo sua ficha individual respondendo as questões: realiza as atividades em sala de aula? É disciplinado (a)? Assimila os conteúdos com facilidade? Faz tarefas e trabalhos em casa? Traz materiais necessários às aulas?

Durante o conselho, alguns professores se manifestaram mais que outros e colocaram suas dificuldades em trabalhar com determinado aluno ou turma

enquanto outros nada falaram. Percebeu-se que alguns professores não misturaram questões pedagógicas com problemas comportamentais, mas houve aqueles que demonstraram, claramente, terem dificuldades em lidar com algumas questões, como: indisciplina e alunos avaliados atribuindo conceitos e rótulos, culpabilizando apenas os alunos de seus resultados. Um dos professores ao saber que o aluno tinha avaliação psicopedagógica simplesmente alterou a nota do mesmo dando-lhe a média mínima.

A pedagoga chamou atenção neste momento e alertou que já no início do ano é realizada uma lista dos alunos com avaliação e qual sua dificuldade, bem como sugestões da forma de trabalhar com os mesmos, e que a estes devem ser realizadas adaptações curriculares e não simplesmente ser atribuída a média, sendo necessário que o professor faça a sua parte. Alguns afirmaram ter dificuldades com tais questões e que são muitos alunos por sala fato que dificulta um trabalho de melhor qualidade.

Desta forma, continuou o conselho de cada turma, sendo que, a cada aluno também se atribuiu conceitos podendo ser fraco, regular, bom ou ótimo. Sempre que surgia alguma questão que consideravam relevantes fazia-se uma pausa e era discutido sobre a mesma até chegarem a um consenso do que deveria ser feito perante a situação abordada.

Dentre as ações decididas pelo coletivo ficou estabelecida a data para entrega de boletins, pelos próprios docentes da turma, juntamente com os alunos, aos responsáveis, para que tenham acesso aos registros do conselho de classe ficando cientes da situação da aprendizagem e comportamental de seus filhos.

O conselho de classe do ensino médio noturno ocorreu da mesma forma com a diferença que os alunos acompanharam a reunião e puderam se manifestar colocando sua posição. Os itens mais debatidos foram diferentes dos do ensino fundamental: a desistência devido ao trabalho, gravidez na adolescência, desinteresse, uso de celulares, etc. Desta forma, os docentes e equipe pedagógica refletiram e pensaram formas na tentativa de melhorar a situação do aluno. Algumas foram: tornar as aulas mais interessantes e significativas para que venham para escola, trabalhar mais com projetos interdisciplinares, eventos culturais e jogos esportivos.

Com relação aos questionários aplicados, os professores ao serem questionados sobre que é o conselho de classe e sua finalidade, dentre as respostas obtidas, foram apresentadas as seguintes: Professor 1: “[..] é uma forma de avaliação para analisar o rendimento de cada aluno”, Professor 2: “É o momento que se reúne para discutir sobre o andamento da turma e do rendimento de cada aluno. Serve para definir as mudanças necessárias para melhorar a qualidade ensino/aprendizagem”, Professor 3: “Um momento de reflexão, de troca de ideias entre professores sobre alunos relacionando seus aspectos positivos e negativos e diagnosticando meios para auxiliá-los”, Professor 4: “É o momento em que se avalia a aprendizagem das turmas, o trabalho dos professores e o que será feito para corrigir as situações”, Professor 5: “Local onde os professores e comunidade escolar se reúne para tratar de assunto referente as dificuldades dos alunos durante o ano letivo bem como os avanços que tiveram”, Professor 6: “Reunião de avaliação do desempenho dos alunos. Serve para buscar melhorias na relação escola / aluno”, Professor 7: “Reunião de professores de uma mesma turma ao final de cada bimestre para avaliar o desempenho dos alunos, da turma e individual”.

Constatou-se com as respostas da questão 1(um) que os professores entendem que o conselho de classe é uma reunião importante, mas a maioria ainda centraliza esta apenas na avaliação do aluno esquecendo que os professores fazem parte deste processo. Apenas o professor 4 citou que se avalia também o trabalho dos docentes. Esta postura de olhar apenas o resultado dos alunos pode ser observada na reunião do conselho onde os debates centralizaram-se em torno deste quesito e foi verificado que alguns professores faziam juízos de valor dos mesmos. Neste ponto foi relevante o papel da coordenadora pedagógica que orientava os mesmos a focarem na questão do ensino e aprendizagem, tornando-se por vezes repetitiva, pois estes desfocavam da questão central com frequência. No entanto, a pauta utilizada não instiga os docentes a fazerem uma reflexão de sua prática, e sim, somente dos alunos. Sendo assim, o gestor e equipe pedagógica são partes importante para que possa ocorrer mudanças neste processo de reflexão.

Dessa forma, Cruz (2005, p.15), propõe que “o Conselho de Classe pode reforçar e valorizar as experiências praticadas pelos professores, incentivar a ousadia para mudar e ser [...]”, o que significa ser preciso mudanças de conceitos e posturas relacionadas ao conselho de classe por parte dos professores.

Em relação à questão 2 (dois) sobre quem são os participantes do conselho de classe, as respostas condizem com o que foi observado nas reuniões e com o que diz Dalben (2004) e foram unânimes em escrever que participam do conselho de classe, direção, equipe pedagógica, secretária, professores e algumas vezes alunos.

Também sobre as formas de registro do conselho, questão 3 (três), foi colocado que estas se realizam em fichas próprias anteriormente preenchidas pelos professores com a pedagoga e no dia da reunião em ata, sendo que segundo os professores estes registros são divulgados tanto para os alunos quanto para seus responsáveis em reunião juntamente com entrega de boletins.

A partir desta resposta e demais dados coletados através das observações dos conselhos, pode-se dizer que as informações e discussões realizadas não ficam restritas apenas àquele momento e àqueles que dele participaram, ocorre uma devolutiva aos alunos ou de seus responsáveis abrindo assim, espaços para que o diálogo sobre a aprendizagem aconteça entre pais, alunos e professores.

Esta questão ficou visível durante a observação do conselho de classe no momento que foi definida a data para entrega de boletins pelos próprios professores da turma aos responsáveis, juntamente com os alunos, para que tenham acesso aos registros dos mesmos e fiquem cientes da situação da aprendizagem e comportamental.

Sobre a questão 4 (quatro), se os docentes conheceriam a proposta do conselho que esta no projeto político pedagógico - PPP da escola: houve professores que assumiram que não, alguns não relacionaram a questão ao conselho de classe e sim, apenas ao PPP, um justificou não saber porque houve mudanças e dois colocaram que no PPP, a proposta é que este ocorra sempre com a participação dos alunos. Estas respostas demonstraram que os professores desconhecem o principal documento da escola e o que ele indica sobre este colegiado, já que este não sugere a participação do aluno pois no Projeto Político Pedagógico - PPP da escola esta descrito que “como em nosso conselho de classe os alunos não participam, é preciso avançar na organização do trabalho pedagógico para se ter essa participação” (QUEDAS DO IGUAÇU, 2011 p.23). Mas, ao mesmo tempo indicam ter consciência da importância desta participação.

Acerca da pauta discutida no conselho, dentre as respostas obtidas estão as seguintes: Professor 1: “Além das notas atingidas pelo aluno, seu comportamento e desempenho escolar”, Professor 2: “Notas, dificuldades de aprendizagem, comportamento em sala”, Professor 3: “É comentado sobre a turma em geral (disciplina, desempenho, aprendizagem) e depois se trata de cada aluno individualmente”, Professor 4: “[...] .a aprendizagem nas diferentes disciplinas”, Professor 5: “Vários pontos, participação, atitudes, interesse, crescimento do aluno [...]”, Professor 6: “As notas, a presença, o comportamento, e o que vai se fazer em relação aos mesmos”.

As respostas obtidas na questão acima reafirmam a primeira questão revelando que se deve discutir, principalmente, o desempenho do aluno sua aprendizagem, definidos os encaminhamentos necessários ao processo ensino aprendizagem. Tais respostas condizem com o que Sant’Ana diz sobre o conselho de classe:

[...] a atividade que reúne um grupo de professores da mesma série, visando em conjunto chegar a um conhecimento mais sistemático da turma, bem como acompanhar e avaliar o aluno individualmente, através de reuniões periódicas (1995, p.87-88).

Neste sentido, o projeto político pedagógico da escola dá um destaque para o papel do coordenador escola ao colocar que:

O conselho de classe é uma prática pedagógica bimestral que tem por objetivo acompanhar todo o processo de ensino e aprendizagem e organização do trabalho pedagógico. Nem todo o coletivo, entretanto, entende-a dessa forma, muitas vezes tenta-se voltar as ideias pedagógicas surgidas em meados de 1970. Para fazer a mediação é indispensável a presença do pedagogo da escola que direciona o conselho de classe para avançar além da discussão de nota e aprendizagem com um viés comportamentalista (QUEDAS DO IGUAÇU, 2011, p. 23).

Neste ponto, se reafirma a relevância do papel do coordenador pedagógico, o que pode ser visualizado na reuniões observadas, pois é este profissional que conduz direcionando as discussões e fazendo considerações a cada situação, problematizando. Tarefa esta que se demonstrou não ser fácil, pois precisa perpassar muitas vezes visões estereotipadas e preconceituosas frente a situações novas e diferenciadas da atualidade.

Ao serem questionados sobre a participação dos alunos nos conselhos de classe: algumas respostas foram evasivas, como: pode ser interessante, ótimo, muito bom para um pré-conselho, como teve outras, como: Professor 1: “[...] importante e necessário para democratização das relações”. Professor 2: “[...] importante para reflexão no contexto das relações professor, aluno, equipe pedagógica”. Professor 3: “Quando se trata de alunos maiores, como do 9º ano em diante, acho interessante, caso contrário são imaturos e não acho que o resultado seja satisfatório”. Professor 4: “Não concordo, pois somente alguns professores falam e isso constrange os alunos deixando eles magoados com os professores”.

Apenas dois professores considerou importante a participação dos alunos nos conselhos para democratizar as relações, porém os demais revelam uma insegurança em ter presente nos conselhos o principal personagem dos mesmos. Assim sendo, percebe-se a necessidade de repensar novas práticas para o conselho de classe, cuja mudança não é fácil, pois exige uma nova postura do professor tanto em relação à avaliação quanto à educação. Postura esta que esta condicionada historicamente. Sobre isto Dalben diz que:

É fundamental que os profissionais passem a organizar-se e solidarizar-se em práticas comuns coletivas, em conformidade com projetos e objetivos também comuns, eliminando a tendência corporativa de proteção de espaços. E, nesse processo, é fundamental que o discente coloque-se como sujeito ativo, reflexivo e participante das transformações (DALBEN, 1995, p.175).

Em relação à forma como vem sendo desenvolvido o conselho de classe na escola, alguns colocam que esta boa, que gostam assim, outros que é bom porque se tem a visão dos demais professores e destaca-se algumas respostas:

[...] é um momento interessante, mas como nem sempre conta com a presença de todos os professores, às vezes fica a desejar. No geral, acho muito bom quando pode-se discutir como é a turma e cada aluno com todos. Serve para fazer uma análise do trabalho que se faz na sala, sobre o que se pode melhorar (PROFESSOR 1).

Professor 2: “Busca o acompanhamento dos pais, diálogo entre os envolvidos”. Professor 3: “Precisa melhorar em alguns aspectos para que situações como a indisciplina não façam parte do conselho de classe”. Professor 4 “Esta sendo correto, pois as coordenadoras estão solucionando ou pelo menos tentando resolver os problemas que surgem todos os dias e que são muitos”.

Neste ponto, mostra-se um contentamento da maioria na execução do mesmo e percebe-se pela resposta do professor 3 a preocupação em se deixar de lado questões comportamentais dos alunos para se discutir de fato a aprendizagem em si e a prática pedagógica. Porém, na reunião do conselho observada, este mesmo professor não se manifestou em nenhum momento demonstrando imparcialidade com o que estava acontecendo e discutido. Ou seja, nota-se uma conformidade, com a situação e que não há desejo de mudanças significativas quanto a condução do mesmo.

Sobre a questão se há relação entre conselho de classe e avaliação, dentre algumas respostas estão: Professor 1: “[...] uma reunião deliberativa e avaliativa”. Professor 2: “[...] o resultado da avaliação é discutido no conselho”. Professor 3: “Recíproca, pois são indissociáveis em seu objetivo que é ensino e aprendizagem”. Professor 4: “[...] é uma forma de orientar o professor e ajudar a buscar mais conhecimento sobre a problemática do aluno”. Professor 5: “[...] uma maneira de diagnosticar individualmente a aprendizagem de cada um”.

Tais concepções, focadas apenas no resultado dos alunos, é tratada por Perrenoud (1999, p.71-72) como “[...] uma obsessão da equidade formal a qual atrapalha muito a aprendizagem [...] porque não é possível tratar a todos os alunos esperando destes o mesmo ritmo de aprendizagem”. Sendo que para o mesmo autor, “[...] visando um ensino padronizado, as diferenças socioculturais são ignoradas, esquecendo de que a formação do homem se relaciona com seu mundo social”.

Por fim, ao se pedir sugestões para melhorar o conselho de classe em sua escola houve concordâncias e divergências: alguns colocam que gostam como esta sendo realizado, outros querem a participação de todos, outro espera mais agilidade e menos conversas desnecessárias sobre os alunos, há também aqueles que gostariam de ter sempre a participação dos alunos e ainda aquele que gostaria que todos entendessem a importância e o verdadeiro objetivo do conselho. Perceberam-se divergências entre as respostas obtidas, entre aqueles que visam uma transformação, mudanças, demonstrando um maior comprometimento com a educação de qualidade e democrática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa surgiu da necessidade de refletir sobre o conselho de classe buscando compreender a forma que está sendo realizada nas escolas e os motivadores de que seus objetivos nem sempre sejam alcançados.

O conselho de classe se propõe a ser um espaço de mudanças e transformações das relações existentes na escola por se tratar de um dos poucos momentos onde o coletivo escolar reúne-se a fim de realizar uma análise da prática pedagógica como um todo.

As leituras do material teórico e da legislação, foram muito importantes para entender a função do conselho de classe e como se constituiu como possibilitador de avanços na organização do trabalho pedagógico, bem como realizar uma reflexão na tentativa de aproximar a teoria da prática. Já a análise dos dados a partir da observação dos conselhos de classe e das entrevistas apontou que teoricamente os professores têm o entendimento sobre a importância e função dos conselhos de classe. Todavia, na prática observada, muitos docentes mantêm uma postura que não se aproxima de sua real função servindo apenas como um momento meramente burocrático.

O estudo deixa evidente que o conselho de classe, enquanto órgão colegiado responsável pelo processo coletivo de avaliação de aprendizagem, requer um maior envolvimento de todos os seus membros: docentes, a direção e a equipe pedagógica e alunos, a fim de tornar este um momento de reavaliação da prática pedagógica envolvendo todos que dela fazem parte direta ou indiretamente deixando de ser um espaço para desabaços e queixas.

Para que o momento do conselho de classe seja um espaço legitimador da avaliação há muito que se fazer tornando-se essencial o papel do gestor e coordenador pedagógico a fim de planejar meios que possibilitem aos docentes o repensar sobre suas práticas, visando uma mudança de postura do professor rompendo com o que culturalmente foi condicionado tanto em relação à avaliação quanto à educação. Também, visando a democratização, cabe à escola efetivar a participação do aluno e pais neste processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 63.914** (Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio -PREMEM) de 26 de Dezembro de 1968.Brasília.1968.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 5692/71 (Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus). Brasília : 1971.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394** (Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de 20 de Dezembro de 1996. Brasília. 1996.

BRASIL. **Constituição 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

CRUZ, C. H. C. . **Conselho de Classe:** espaço de diagnóstico da prática educativa escolar. 1 ed. São Paulo: Loyola. 2005.

DALBEN, A. I. F.. **Trabalho escolar e Conselho de Classe.** Campinas: Papirus, 1995.

DALBEN, A. I. L. F. . **Os conselhos de classe e o cotidiano escolar.** In: Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP : Papirus, 2004, p.41-54.

DELIBERAÇÃO no 007/99 – CEE. Conselho Estadual de Educação, do Estado do Paraná, 1999.

Entre os Muros da Escola: conselho de classe . Direção: Laurent Cantet, Produção: Carole Scotta, Caroline Benjo, 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DQq2Oj28OAI>.

GAMA, Z.J. **Avaliação na escola de 2º grau.** Campinas: Papirus, 1993.

Jornal Mundo Jovem - **Conselho de classe participativo** - Subsídio da edição nº 404, março de 2010, página 20. Disponível em: <http://www.mundojovem.com.br/artigos/conselho-de-classe-participativo> Acesso em 15/03/16.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PENIN, S. T. S. **Educação Básica a Construção do Sucesso Escolar.** Em Aberto, Brasília, nº. 53, 1992.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Portal dia a dia educação. **Conselhos de classe**. Relatos de Experiência - Práticas Realizadas. Disponível em:<
http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=371#conselho_avalicao>. Acesso em:10/04/2016.

Pro dia nascer feliz. Direção: João Jardim , **Produção**: Flávio R. Tambellini, João Jardim, 2005, 88min.

QUEDAS DO IGUAÇU. Projeto Político Pedagógico. 2011.

QUEDAS DO IGUAÇU, Regimento escolar. Abril 2013.

ROCHA, A D. C. da. **Conselho de classe**: burocratização ou participação? (coleção Educação Prática) – Rio de Janeiro: F. Alves , 1982.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e Instrumentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, S.M.Z.L. **Conselho de classe: um ritual burocrático ou um espaço de avaliação coletiva?** Série Ideias, São Paulo: FDE, n.25, p.45-59, 1998

VASCONCELLOS, C.S. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar** .Cadernos pedagógicos do Libertad, 11 ed.São Paulo,2000.

VIANNA, I. O. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.